

Região pressiona Capital e Estado para delimitarem Polo de Capuava

Em seminário realizado na Braskem, deputados e lideranças do setor químico alertaram para construções no entorno do complexo industrial

ARTUR RODRIGUES
arturrodrigues@gabc.com.br

Durante seminário realizado pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC na manhã de ontem, lideranças políticas da região voltaram a falar sobre a institucionalização do Polo Petroquímico de Capuava. Figuras como os deputados estaduais Ana Carolina Serra (Cidadania), Luiz Fernando Ferreira (PT) e Rômulo Fernandes (PT) cobraram da prefeitura da Capital e do governo do Estado medidas para fortalecer o complexo industrial.

"Nós sabemos de importância que o Polo Petroquímico tem para o Grande ABC e precisamos do diálogo com todas as esferas, tanto do poder público, que engloba os governos federal, estadual e municipal, quanto da iniciativa privada e representantes dos trabalhadores", disse Ana Carolina, durante a atividade na Braskem.

Um dos principais pedidos dos parlamentares é que o governo do Estado, comandado por Tarcsio de Freitas (Republicanos), e a prefeitura de São Paulo, sob o comando de Ricardo Nunes (MDB), façam decretos para delimitar a área do Polo Petroquímico, reconhecendo o espaço como complexo de indústrias do setor químico. A medida já foi feita, em 2022, pelos prefeitos de Santo André, Paula Serra (PSDB), e de Mauá, Marcelo Oliveira (PT).

"Estamos trabalhando para que São Paulo possa reconhecer o Polo Petroquímico e estabeleça em seu Plano Diretor que não podem chegar novas moradias verticais ao entorno do Polo, porque é muito difícil a convivência de indústria e habitação", declarou Luiz Fernando, que também é presidente da Frente Parlamentar em Apoio à Indústria Química e Farmacêutica na Alep (Assembleia Legislativa do Estado de



PLEITO. Marcelo e demais autoridades reforçaram necessidade de criar limites ao redor do Polo

São Paulo).

A construção de moradias no entorno do complexo industrial já foi alertada pelo Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. A cidade levou essa pauta para reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Pau-

lo na semana passada.

"A prefeitura de São Paulo está alterando o lei de zoneamento depois de uma alteração no Plano Diretor. Aqui há uma lei (Lei Especial de Interesse Social) 2, que é uma área que pode ser aderida ao lado do Polo Petroquímico.

Nós temos que mudar essa possibilidade de ter um adensamento ao lado de uma área que, inclusive, pode oferecer risco à essa população", disse o secretário-geral do Consórcio, Mário Resali. Os decretos assinados por Paulo Serra e Marcelo Oliveira

também estabeleceram a criação do Comitê Gestor de Governança do Polo Petroquímico, que ficou responsável por coordenar de maneira integrada todas as políticas públicas de promoção e apoio à operação do local. O grupo, composto por 17 integrantes, conta com representantes dos governos municipais, da sociedade civil e de associações, e tem como objetivo realizar políticas de zoneamento urbano nas áreas do entorno.

"Eu acho que falta governança na indústria química nacional. Esse comitê é um exemplo de governança, e é um exemplo do Grande ABC, que eu espero que frutifique no estado de São Paulo e em todo o Brasil. Estamos em busca desse decreto estadual, porque o municipal é frágil. Quando troca o prefeito, pode ser derrubado", comentou Francisco Naitz, diretor executivo do Cofip-ABC (Comitê de Fomento Industrial do Polo do Grande ABC).

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3